



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO - ES / RJ

TÉCNICO JUDICIÁRIO

ADMINISTRATIVA

SEGURANÇA E TRANSPORTE

TIPO 3

MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2016

INSTRUÇÕES

- 1 Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Todos os demais objetos devem ser colocados na embalagem não reutilizável fornecida pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e carteira com documentos e valores em dinheiro.
- 2 Não é permitida, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, deverá haver o recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, smartphone, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo e similares.
- 3 O tempo de duração da prova abrange a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas, bem como o procedimento de identificação datiloscópica previsto.
- 4 Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários durante a realização da prova. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
- 5 **O Caderno de Provas consta de 60 (sessenta) itens de múltipla escolha.** Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo/área/especialidade a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas que lhe foi fornecida estão corretos. **Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.**
- 6 Os itens das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.
- 7 Verifique se o TIPO/COR deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como com o TIPO/COR registrado na folha de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- 8 Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 9 **É PROIBIDA a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) em qualquer meio.**
- 10 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
- 11 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico www.consulplan.net, no mesmo dia da aplicação, a partir das 21h00min (vinte e uma horas).
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do 2º dia útil subsequente à data de sua divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.consulplan.net.
- A interposição de recursos poderá ser feita exclusivamente via internet, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, à CONSULPLAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.consulplan.net, no link correspondente ao Concurso Público.

CONHECIMENTOS GERAIS

Mentes livres

Atualmente, já está muito claro que nossas experiências mentais estão sempre criando estruturas cerebrais que facilitam a resposta rápida a futuras demandas semelhantes. O tema mais importante, no entanto, não é que as estruturas se ampliem sempre, é a liberdade natural da mente, que opera além das estruturas.

Um motorista não é seu carro, nem por onde circula. Ele tem a liberdade de deixar o carro e seguir por outros meios e também de repensar seus trajetos. Ainda assim, se as estradas ficarem bloqueadas ou o carro quebrar, ele terá dificuldade em andar a pé e usará o tempo arrumando o carro ou colocando a estrada em condições de uso. Só ao final de um tempo ele conseguirá ultrapassar as fixações estruturais internas e refazer suas opções.

Em verdade, a liberdade do motorista é tal que nem mesmo motorista ele é. Ele é um ser livre. A prática espiritual profunda conduz a essa liberdade, naturalmente presente. As fixações são o carma. As experiências comuns no mundo, eventos maiores e menores, vão se consolidando como trajetos e redes neurais internas e estruturas cármicas que balizam a operação da mente, estruturando recursos limitados como se fossem as únicas opções, ainda que, essencialmente, a mente siga livre.

As estruturas grosseiras como os espaços das cidades, as ruas físicas, e em um sentido mais amplo tudo o que aciona nossos sentidos físicos, surgem também como resultado das atividades mentais repetitivas, assim como a circulação da energia interna, que é o aspecto sutil. Um automobilista precisa de uma transformação interna e externa complexa para se tornar um ciclista; não é fácil. Já o tripulante do sofá tem dificuldade em incluir exercícios, novos hábitos de alimentação e mudanças na autoimagem – os desafios são idênticos.

Nossos melhores pensamentos constroem mundos melhores e também cérebros melhores. Já os pensamentos aflitivos constroem mundos piores e cérebros com estruturas que conduzem à aflição e à doença.

Tanto os aspectos grosseiros como os sutis flutuam; é visível. A única expressão incessantemente presente e disponível é a liberdade natural silenciosa dentro de nós mesmos. É dessa natureza que surge a energia que, livre de condicionamentos, cria novos caminhos neurais e novas configurações de mundo. Os mestres de sabedoria apontam-na como sempre disponível, mesmo durante experiências como a doença e a morte. É dessa região inabalável que irradiam sua sabedoria, compaixão e destemor.

(SAMTEN, Padma – Revista “Vida simples” – agosto 2014 – Ed. Abril.)

01

“Atualmente, já está muito claro que nossas experiências mentais estão sempre criando estruturas cerebrais que facilitam a resposta rápida a futuras demandas semelhantes. O tema mais importante, no entanto, não é que as estruturas se ampliem sempre, é a liberdade natural da mente, que opera além das estruturas.” (1º§) Sobre as ocorrências do vocábulo “que” presentes nesse segmento, a afirmação correta é a de que

- A) a segunda ocorrência pertence à mesma classe da primeira.
- B) a última ocorrência pertence à classe diferente de todas as demais.
- C) a segunda e a quarta ocorrências pertencem à mesma classe gramatical.
- D) a primeira e a quarta ocorrências pertencem à mesma classe gramatical.

02

Depreende-se do texto que

- A) o homem jamais se liberta do carma de que sua alma se reveste.
- B) o condicionamento impede o homem de criar novas estruturas de mundo.
- C) o homem pode conseguir ser livre se obedecer às determinações cármicas e se deixar fluir.
- D) a criação dos espaços e tudo o que coloca em ação nossos sentidos não são frutos de atividades mentais.

03

De acordo com o contexto em que os vocábulos aparecem, seu significado pode ser diverso. Assinale, a seguir, o significado correto atribuído ao termo destacado.

- A) “... que é o aspecto sutil.” (4º§) – sagaz
- B) “... tudo o que aciona nossos sentidos...” (4º§) – funde
- C) “... que balizam a operação da mente...” (3º§) – limitam
- D) “... eventos maiores e menores, vão se consolidando como trajetos...” (3º§) – comovendo



04

De acordo com o texto é correto afirmar que

- A) o motorista, ainda que incipiente em sua função, é passível de sobrepor-se ao carma que condiciona as ações da sua mente.
- B) seu teor, por ser eminentemente exotérico, foi produzido para um limitado círculo de pensadores, embora veiculado em mídia.
- C) a suposta liberdade silenciosa que existiria dentro de cada um de nós não é capaz de superar as estruturas cármicas que balizam a operação da mente.
- D) o surgimento e ampliação constante de estruturas do cérebro não são a parte mais importante do processo e, sim, a condição da mente em descondicionar-se desse processo.

05

Em “O tema mais importante, no entanto, não é que as estruturas se ampliem sempre,...” (1º§), a correção semântica é preservada substituindo-se o termo destacado por

- A) pois.
- B) por isso.
- C) contudo.
- D) portanto.

06

Por sua estrutura e características, o texto em análise deve ser classificado como

- A) injuntivo.
- B) narrativo.
- C) descritivo.
- D) dissertativo.

07

Nas alternativas a seguir há um exemplo de figura de linguagem denominada “elipse”. Assinale-a.

- A) “Nossos melhores pensamentos constroem mundos melhores e também cérebros melhores.” (5º§)
- B) “A única expressão incessantemente presente e disponível é a liberdade natural e silenciosa...” (6º§)
- C) “As experiências comuns no mundo, eventos maiores e menores vão se consolidando como trajetos...” (3º§)
- D) “Só ao final de um tempo ele conseguirá ultrapassar as fixações estruturais internas e refazer suas opções.” (2º§)

08

À frente das frases citadas a seguir, está indicado o tipo de circunstância que elas expressam no texto. A indicação está correta em

- A) “... para se tornar um ciclista;...” (4º§) – (finalidade)
- B) “... que nem mesmo motorista ele é.” (3º§) – (causa)
- C) “... se as estradas ficarem bloqueadas...” (2º§) – (concessão)
- D) “... como se fossem as únicas opções,...” (3º§) – (conformidade)

09

Uma das funções de Matheus na empresa de logística que trabalha é criar o código de identificação de arquivos. Esses códigos são mudados mensalmente. Matheus não informou os padrões utilizados para criar esses códigos. Analise os códigos a serem utilizados nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril abaixo.

JAN006DG3472

FEV013EH1736

MAR027FI0868

ABR048GJ0434

Sabe-se que as senhas seguem sempre o mesmo padrão sequencial e os números dos códigos são sempre inteiros. Sendo assim, o código correspondente ao mês de setembro será:

- A) SET238LO0026.
- B) SET248LO0039.
- C) SET258LO0013.
- D) SET228LO0015.

10

Em uma sala de 2º ano do Ensino Médio da Escola Y, sabe-se que 40% dos alunos gostam da área de exatas. Desses, 20 alunos gostam de Matemática, 18 alunos gostam de Física e 10 gostam das duas disciplinas. Quantos alunos há nessa turma de 2º ano do Ensino Médio da Escola Y?

- A) 28.
- B) 48.
- C) 60.
- D) 70.



11

“Fábio, servidor público federal, utilizou veículo público da repartição em que trabalha, bem como de serviço de servidores subordinados seus, para transporte de material de construção para obra realizada em sua residência própria.” Sobre a responsabilidade administrativa de Fábio, assinale a afirmativa correta.

- A) Fábio responde administrativamente, salvo se em gozo de licença para o trato de interesses particulares.
- B) Por configurar crime o ato cometido, resta afastada a responsabilidade administrativa de Fábio, sob pena de *bis in idem*.
- C) Fábio não responde administrativamente caso os servidores utilizados para os serviços ocupem exclusivamente cargo em comissão, de livre nomeação e livre exoneração.
- D) Fábio responde administrativamente, sendo certo que, em sendo verificado dano ao erário, a obrigação de reparar estende-se aos sucessores, até o limite do valor da herança recebida.

12

Devido à crise financeira de diversos Estados da Federação, um dos assuntos que ganha evidência é o déficit previdenciário dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Nesse sentido, sobre a contribuição previdenciária dos servidores inativos regidos pelo RPPS, assinale a alternativa correta.

- A) A contribuição previdenciária dos inativos vinculados ao RPPS foi declarada inconstitucional pelo STF em Ação Direta de Inconstitucionalidade, sendo vedada sua cobrança.
- B) A contribuição previdenciária dos inativos vinculados ao RPPS é prevista na Constituição de 1988, mas depende da edição de lei complementar federal para ser disciplinada, a qual ainda não foi editada.
- C) A contribuição previdenciária dos inativos vinculados ao RPPS é prevista na Constituição de 1988, incidindo sobre aposentadorias e pensões que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- D) A contribuição previdenciária dos inativos vinculados ao RPPS é prevista na Constituição de 1988 e pode ser exigida pelos Estados da Federação, até o limite do dobro da alíquota prevista para os aposentados regidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

13

“Edson era investigado pela prática de um crime e estava com receio de ser julgado por um Juiz Federal que considerava seu desafeto. Ao conversar com seu amigo Pedro, estudante de direito, foi informado que a Constituição da República dispõe, em seu Art. 5º, XXXVII, que ‘não haverá juízo ou tribunal de exceção’.” À luz da sistemática constitucional, o comentário de Pedro indica que:

- A) A causa de Edson será julgada pelo Juiz Federal que a escolher.
- B) Os critérios de escolha do Juiz Federal devem anteceder a prática do crime.
- C) As regras gerais de competência não admitem exceção, aplicando-se a todos.
- D) A competência de todos os Juízes deve ser detalhada na Constituição, sem exceção.

14

“Determinado professor de direito constitucional explicou aos seus alunos que certas normas constitucionais, embora sejam capazes de produzir efeitos imediatos na realidade, dando ensejo ao surgimento de direitos subjetivos, fazem referência à lei, que pode reduzir o seu alcance, com o estabelecimento, por exemplo, de certos requisitos a serem observados.” Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à aplicabilidade, é correto afirmar que o exemplo oferecido pelo professor é o de uma norma:

- A) Programática.
- B) De eficácia contida.
- C) De eficácia limitada.
- D) De eficácia plena e aplicabilidade imediata.

15

O sonambulismo exclui o seguinte elemento do crime:

- A) Fato típico.
- B) Punibilidade.
- C) Culpabilidade.
- D) Antijuridicidade.

16

Os crimes previstos na Lei de Tortura (Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997) NÃO terão a sua pena aumentada de um sexto até um terço se o crime for cometido

- A) por agente público.
- B) mediante sequestro.
- C) contra vítima de 55 anos.
- D) contra portador de deficiência.



17

Sobre o tema Prisão Temporária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Na hipótese de representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.
- B) Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado, mas que não servirá como nota de culpa.
- C) O despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de vinte e quatro horas, contadas a partir do recebimento da representação ou do requerimento.
- D) A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e, não sendo o caso de crime hediondo, terá o prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

18

Prefeito Municipal comete crime comum durante o exercício do seu mandato. Devidamente investigado, ele é denunciado apenas após o término do seu mandato. Tem competência para processá-lo e julgá-lo o:

- A) Juiz de Direito.
- B) Tribunal Regional Federal.
- C) Superior Tribunal de Justiça.
- D) Tribunal de Justiça do Estado.

19

Analise as afirmativas a seguir.

- I. As unidades ou núcleos socioambientais deverão ter caráter temporário até que se realizem o planejamento, a implementação e o monitoramento das metas anuais de sustentabilidade, para posterior avaliação pelos conselhos socioambientais permanentes.
- II. O órgão deverá considerar o histórico de consumo da unidade para monitoramento de dados e deverá adotá-lo como critério único no levantamento da real necessidade de consumo, evitando o desperdício de materiais.
- III. As unidades ou núcleos socioambientais deverão, preferencialmente, ser subordinados à alta administração dos órgãos, tendo em vista as suas atribuições estratégicas e as mudanças de paradigma que suas ações compreendem.

Nos termos da Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, está correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.

20

Nos termos do Decreto Federal nº 7.746/2012, é considerada uma diretriz de sustentabilidade nas contratações públicas:

- A) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.
- B) Maior impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.
- C) Exclusividade para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- D) Maior vida útil, a despeito do maior custo de manutenção do bem e da obra.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

“A doutrina de gestão de conflitos estabelece três critérios de ação para a tomada de decisão. Nesse sentido, a ação: (I) deve ter probabilidade de redução da ameaça maior do que os perigos a serem enfrentados e a continuidade do *status quo*; (II) somente deve ser realizada quando indispensável; e, (III) deve ter respaldo legal, moral e ético.” A alternativa que, sucessivamente, corresponde aos critérios de ação descritos é:

- A) justificação / legalidade / aceitabilidade.
- B) necessidade / imprescindibilidade / legalidade.
- C) validade do risco / necessidade / aceitabilidade.
- D) imprescindibilidade / necessidade / validade do risco.



22

“Na fase do preparo, costuma-se ter duas abordagens básicas de gerenciamento dos conflitos. A abordagem _____ privilegia a resposta aos eventos conforme cada caso apresentado, podendo gerar problemas de entrosamento diante da casuística variada que pode se apresentar. A abordagem _____, por sua vez, privilegia o treinamento e a definição clara de papéis entre os integrantes do grupo para o gerenciamento dos eventos.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) ‘ad hoc’ / ‘de comissão’
B) ‘imediatista’ / ‘sistemática’

- C) ‘operacional’ / ‘especialista’
D) ‘status quo’ / ‘permanente’

23

Considere que, hipoteticamente, no exercício das atividades do cargo de Técnico Judiciário/Segurança e Transporte – Área Administrativa, “o servidor João encontra-se diante de determinado evento de conflito que, dado seu estágio atual, demande a elaboração de um plano específico para a solução da situação”. Acerca de tal planejamento, é correto que João considere que:

- I. O plano específico deve observar os critérios de ação.
II. As informações (inteligência) são preponderantes na tomada de decisão sobre qual a melhor solução para o conflito.
III. O emprego do grupo tático deve ser a primeira na escala prioritária de soluções a serem tomadas, dada sua efetividade.
IV. A solução a ser elaborada pode ser de natureza tática ou negociada, bem como se traduzir na transferência do conflito para outro local.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV. B) I, II e III, apenas. C) I, II e IV, apenas. D) I, III e IV, apenas.

24

“Presos da Penitenciária Estadual de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, voltaram a se rebelar na manhã desta quinta-feira (19). Armadas com facas e pedras, as facções entram em confronto nos pavilhões. Sons de tiro e bombas também são ouvidos. Um helicóptero da polícia sobrevoa o local. Agentes penitenciários atiram balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto presos arremessam pedras e barras de ferro.”

(Rebelião na Penitenciária Estadual de Alcaçuz deixa mortos, diz PM. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/01/19/rebeliao-na-penitenciaria-estadual-de-alcacuz-deixa-mortos-diz-pm/>. Acesso em 25/01/2017.)

Em eventos conflituosos similares ao descrito no excerto anterior, NÃO se configura atitude correta relativa à definição dos perímetros táticos:

- A) A permanência da imprensa no perímetro tático interno.
B) A demarcação da chamada zona estéril por meio do perímetro tático interno.
C) A adoção de medidas necessárias para bloqueio de sinais de rádio e televisão.
D) A varredura no presídio em busca de celulares e outros aparelhos que possibilitem a comunicação com o mundo exterior.

25

Acerca da temática “Organização do Posto de Comando”, analise as afirmativas a seguir, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () Tem sua instalação, via de regra, durante a fase da resolução do conflito.
() Uma de suas principais funções se constitui no processamento, análise e difusão das informações coletadas.
() Os elementos essenciais na organização do Posto de Comando devem compreender os elementos de comando, operacionais e de apoio e assessoria.
() Sua instalação é indispensável para o gerenciamento dos conflitos, independentemente do número de unidades e atividades a serem coordenadas na operação, dada a necessidade de uma central de atuação formalmente estabelecida.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, F. B) F, V, V, F. C) F, F, V, V. D) V, V, V, F.



26

São fases da confrontação:

1 – Preparo	2 – Resposta imediata	3 – Plano específico	4 – Resolução
-------------	-----------------------	----------------------	---------------

Considerando os termos anteriores, correlacione-os adequadamente à coluna a seguir.

- () Deve incluir a realização periódica de ensaios e exercícios simulados.
 () Etapa que se ocupa da discussão e elaboração de uma solução para o evento.
 () Se norteia por quatro conceitos básicos: conter, controlar, comunicar e coordenar.
 () É comumente tida como a fase mais delicada do conflito, principalmente quando se decide pelo uso de força letal.

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 3, 4. B) 1, 3, 2, 4. C) 3, 1, 4, 2. D) 3, 1, 2, 4.

27

A fase de resposta imediata é aquela em que se toma conhecimento e reage ao evento crítico. Segundo a doutrina sobre o assunto, NÃO se caracteriza como atividade a ser desempenhada em tal fase:

- A) O imediato início das negociações.
 B) Isolar a área, estabelecendo os perímetros táticos.
 C) Estabelecer o posto de comando em local seguro, próximo ao ponto crítico.
 D) Verificar se a ação tática escolhida está dentro da capacidade de desempenho dos envolvidos.

O trecho a seguir contextualiza as questões 28, 29 e 30. Leia-o atentamente.

“Eis algumas máximas de que debes impregnar-te antes de pensar em sitiar cidades ou ganhar batalhas. (...) Um hábil general jamais se encontrará reduzido a tais extremos. Ele conhece a arte de humilhar os seus inimigos sem travar batalhas. Sem derramar uma gota de sangue, sem mesmo desembainhar a espada, consegue tomar as cidades. Sem colocar os pés em reinos estrangeiros, descobre o meio de conquistá-los.”

(TZU, Sun. *A arte da guerra* / Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006.)

28

Acerca do papel do negociador na gestão de conflitos segundo a doutrina, é INCORRETO afirmar que

- A) condições como tempo reduzido e presença de um interlocutor tornam os eventos críticos inegociáveis.
 B) deve-se buscar a superação do papel de mero coadjuvante da figura do negociador, colocando-o como elemento de influência na operação.
 C) organizações fortemente influenciadas por preceitos de hierarquia podem sofrer limitações ao desempenho das atividades do negociador.
 D) a designação formal de grupos de negociação dentro da organização é medida que contribui para a redefinição da mentalidade de que a ação tática é indispensável em todos os casos.

29

São exemplos de táticas de negociação, EXCETO:

- A) Evitar respostas negativas diretas (“não”), uma vez que podem provocar reação violenta do indivíduo.
 B) Demonstrar flexibilidade na conduta do negociador, sendo salutar, assim, realizar pequenas concessões ao indivíduo causador do evento.
 C) Ser honesto (sempre que possível), pois leva a uma confiança mútua entre negociador e causador do conflito que pode contribuir para o sucesso da negociação.
 D) Ao tentar ganhar tempo, convém que o negociador fale mais do que ouça, questionando o que o indivíduo tem como exigência e evitando, assim, que o indivíduo faça pedidos de forma planejada.



30

Entre as principais táticas de negociação, a tarefa de ganhar tempo tem papel central no desenrolar de um evento crítico de conflito. A esse respeito, é INCORRETO afirmar que

- A) ao prolongar o evento crítico de maneira hábil e planejada, o negociador evitará a adoção de soluções precipitadas.
- B) a administração do tempo pelo negociador sofre pressões diversas, como por exemplo dos familiares dos envolvidos e do grupo tático.
- C) não existem desvantagens na adoção de tal prática, considerando que as consequências previstas dela advindas são a redução da ansiedade e o esgotamento do indivíduo causador do evento.
- D) o ato de ganhar tempo por meio da negociação propicia decisões mais racionais, na medida em que os contatos entre o indivíduo causador e o grupo de negociação permite a obtenção de informações e incrementa o fluxo de comunicações.

31

Ao Sistema Nacional de Armas – Sinarm compete, EXCETO:

- A) Cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País.
- B) Identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro.
- C) Cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Civil.
- D) Cadastrar as transferências de propriedade, extravio, furto, roubo e outras ocorrências suscetíveis de alterar os dados cadastrais, inclusive as decorrentes de fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores.

32

Em relação ao registro de arma de fogo, previsto na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro 2003, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento da Lei.
- B) É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente, sendo certo dizer que as armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento da Lei.
- C) O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo transferível esta autorização, desde que o interessado preencha os requisitos legais.
- D) O certificado de registro de arma de fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

33

Em relação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro 2003, é proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para, EXCETO:

- A) Os integrantes das Forças Armadas.
- B) Os integrantes de órgãos referidos nos incisos do *caput* do Art. 144 da Constituição Federal.
- C) Os integrantes das guardas municipais dos municípios com mais de dez mil e menos de quinhentos mil habitantes, quando em serviço.
- D) Os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.



34

Quanto à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro 2003, analise as afirmativas a seguir.

- I. O presidente do tribunal ou o chefe do Ministério Público designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% do número de servidores que exerçam funções de segurança.
- II. As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo essas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da empresa.
- III. Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil, bem como nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II e III. B) II, apenas. C) III, apenas. D) I e II, apenas.

35

São tipos penais previstos na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro 2003, EXCETO:

- A) Utilizar simulacro de arma de fogo para prática de crime ou contravenção penal.
- B) Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de dezoito anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade.
- C) Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.
- D) O proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras vinte quatro horas depois de ocorrido o fato.

36

O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas, segundo o CTB, EXCETO:

- A) A circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas.
- B) Os veículos que se deslocam sobre trilhos terão preferência de passagem sobre os demais, respeitadas as normas de circulação.
- C) Os veículos precedidos de batedores terão preferência absoluta de passagem, respeitadas as demais normas de circulação.
- D) O condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas.

37

Sobre as normas gerais de circulação e conduta presentes no CTB, analise as afirmativas a seguir.

- I. Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas no CTB, em ordem decrescente, os veículos de menor porte serão sempre responsáveis pela segurança dos maiores, os não motorizados pelos motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres.
- II. Os veículos mais lentos, quando em fila, deverão manter proximidade suficiente entre si para não permitir que veículos que os ultrapassem possam se intercalar na fila, pois, nestes casos, a ultrapassagem não é permitida.
- III. O condutor não poderá ultrapassar veículos em vias com duplo sentido de direção e pista única, nos trechos em curvas e em aclives sem visibilidade suficiente, nas passagens de nível, nas pontes e viadutos e nas travessias de pedestres, em nenhuma hipótese.

Estão INCORRETAS as afirmativas

- A) I, II e III. B) I e II, apenas. C) I e III, apenas. D) II e III, apenas.



38

A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de quarenta quilômetros por hora, nas vias urbanas:

- A) Vias locais.
- B) Vias arteriais.
- C) Vias coletoras.
- D) Vias de trânsito rápido.

39

Segundo o CTB, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Entende-se como tempo de direção ou de condução apenas o período em que o condutor estiver efetivamente ao volante, em curso entre a origem e o destino.
- B) É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de doze horas e meia ininterruptas veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas.
- C) Serão observados trinta minutos para descanso dentro de cada seis horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção desde que não ultrapassadas cinco horas e meia contínuas no exercício da condução.
- D) Em situações excepcionais de inobservância justificada do tempo de direção, devidamente registradas, o tempo de direção poderá ser elevado pelo período necessário para que o condutor, o veículo e a carga cheguem a um lugar que ofereça a segurança e o atendimento demandados, desde que não haja comprometimento da segurança rodoviária.

40

Segundo o CTB, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.
- B) É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres.
- C) Nas áreas urbanas, quando não houver passeios ou quando não for possível a utilização destes, a circulação de pedestres na pista de rolamento será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.
- D) Nas vias rurais, quando não houver acostamento ou quando não for possível a utilização dele, a circulação de pedestres, na pista de rolamento, será feita sem prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, no mesmo sentido ao deslocamento de veículos, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.

41

De acordo com o CTB, é INCORRETO afirmar que:

- A) Somente poderá transitar pelas vias terrestres o veículo cujo peso e dimensões atenderem aos limites estabelecidos pelo CONTRAN.
- B) Nenhum proprietário ou responsável poderá, sem prévia autorização da autoridade competente, fazer ou ordenar que sejam feitas no veículo modificações de suas características de fábrica.
- C) Em nenhuma hipótese será tolerado um percentual sobre os limites de peso bruto total e peso bruto transmitido por eixo de veículos à superfície das vias, mesmo quando aferido por equipamento, na forma estabelecida pelo CONTRAN.
- D) Nenhum veículo ou combinação de veículos poderá transitar com lotação de passageiros, com peso bruto total, ou com peso bruto total combinado com peso por eixo, superior ao fixado pelo fabricante, nem ultrapassar a capacidade máxima de tração da unidade tratora.



42

Segundo o CTB, a autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas por esse Código e dentro de sua circunscrição, deverá aplicar, às infrações nele previstas, certas penalidades. Acerca dessas penalidades, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () Multa.
- () Advertência verbal.
- () Suspensão do direito de dirigir.
- () Cassação da Carteira Nacional de Habilitação.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, V. B) V, F, F, V. C) V, F, V, F. D) F, V, F, V.

A NR-23 – Proteção Contra Incêndios – contextualiza as questões 43, 44, e 45.

43

É **INCORRETO** afirmar que todas as empresas deverão possuir

- A) proteção contra incêndio.
- B) pessoas adestradas no uso correto desses equipamentos.
- C) saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, em caso de incêndio.
- D) equipamento suficiente para combater o fogo, inclusive de grande proporção em todas as suas fases.

44

Tão cedo o fogo se manifeste, só **NÃO** cabe

- A) acionar o sistema de alarme.
- B) chamar imediatamente o Corpo de Bombeiros.
- C) em qualquer situação, desligar máquinas e aparelhos elétricos.
- D) atacá-lo, o mais rapidamente possível, pelos meios adequados.

45

Analise as afirmativas a seguir, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () O sentido de abertura da porta não poderá ser para o interior do local de trabalho.
- () Não há exigência de largura mínima das aberturas de saída, pois deve ser observado o número de trabalhadores do local.
- () As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos, indicando a direção da saída.
- () Os locais de trabalho deverão dispor de saídas, em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança, em caso de emergência.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, V. B) F, V, V, V. C) V, V, F, V. D) V, V, V, F.

A Resolução nº 239, de 6 de setembro de 2016, dispõe sobre a Política Nacional do Poder Judiciário. Neste contexto, responda às questões 46 e 47.

46

São diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, **EXCETO**:

- A) Buscar permanentemente a qualidade e a efetividade da segurança institucional do Poder Judiciário.
- B) Orientar a elaboração de atos normativos que promovam a modernização da segurança institucional do Poder Judiciário.
- C) Incentivar a integração das unidades de segurança institucional e o compartilhamento de boas práticas nesse domínio somente entre os órgãos internos do Poder Judiciário.
- D) Fortalecer a atuação do CNJ na governança das ações de segurança institucional do Poder Judiciário, por meio da identificação, avaliação, acompanhamento tratamento de questões que lhe são afetas.



47

O Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, mediante assessoramento do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário, definirá os protocolos, as medidas e as rotinas de segurança que compõem esta Política Nacional de Segurança, com os seguintes objetivos, EXCETO:

- A) Orientar a definição das competências e atribuições dos profissionais de segurança que atuam no Poder Judiciário.
- B) Definir metodologia de gestão de riscos gerais para a segurança das autoridades de todos os Poderes da República.
- C) Definir metodologia para a produção de conhecimentos de inteligência no âmbito da Segurança Institucional do Poder Judiciário.
- D) Identificar, referendar e difundir boas práticas em segurança institucional, provendo aos órgãos do Poder Judiciário orientações para a sua implementação.

A Resolução nº 176, de 10/06/2013, institui o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário – SINASPJ e dá outras providências. Neste contexto, responda às questões 48 e 49.

48

Recomenda-se que os Tribunais adotem, no âmbito de suas competências, assim que possível, as seguintes medidas mínimas para a segurança e magistrados, EXCETO:

- A) Obrigatoriedade quanto ao uso de crachás.
- B) Policiamento ostensivo com agentes próprios, preferencialmente, ou terceirizados, inclusive nas salas de audiências, quando necessário.
- C) Instalação de aparelho detector de metais, aos quais devem se submeter todos que acessarem as dependências, incluindo os magistrados e servidores que tenham lotação ou sede de seus cargos e funções nas dependências do fórum ou tribunal onde está instalado o detector de metais.
- D) Edição de Resolução para restringir o ingresso de pessoas armadas em seus prédios, observando que policiais militares, civis, ou federais, bem como integrantes de guarda municipal, não poderão entrar ou permanecer em sala de audiência, secretaria, gabinete ou qualquer outra repartição judicial, portando arma de fogo, quando estiverem na condição de parte ou testemunha, em processo de qualquer natureza.

49

No âmbito do SINASPJ, NÃO caberá ao Comitê Gestor a seguinte medida:

- A) Instaurar inquéritos policiais para apuração de infrações praticadas contra magistrado no exercício de sua função.
- B) Recomendar ao Presidente do CNJ ou ao Corregedor Nacional de Justiça a requisição de servidores para auxiliar os trabalhos do Comitê Gestor da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário e do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário.
- C) Recomendar ao Presidente do tribunal respectivo, *ad referendum* do Plenário, a designação de magistrados, mediante a provocação do juiz natural, para atuarem em regime de esforço concentrado com o fim de acelerar a instrução e o julgamento de processos associados a magistrado em situação de risco.
- D) Representar ao Advogado Geral da União e aos Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal a designação de membro da instituição para postular em juízo em nome de magistrado vítima de crime, ou seus sucessores, notadamente para a propositura de ações de natureza indenizatória e, nas hipóteses legais, propositura de ação penal privada subsidiária da pública e intervenção na condição de assistente de acusação, quando houver circunstâncias indicativas de que a infração penal foi cometida com o propósito de intimidação ou como forma de represália à atuação jurisdicional.

50

Após a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI) e a desarticulação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), a atividade de inteligência no Brasil passou por um período de ostracismo e outro de reformas que culminaram na Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e criou, como seu órgão central, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Nos termos da referida lei, assinale a alternativa que registra a finalidade do Sistema Brasileiro de Inteligência.

- A) Tratar documentos sigilosos entre órgãos do Estado brasileiro.
- B) Instituir a doutrina nacional de inteligência nos órgãos de Estado.
- C) Fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional.
- D) Fornecer subsídios ao Ministro da Defesa nos assuntos atinentes à soberania nacional.



51

Nos termos da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Entende-se como contrainteligência a atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversa.
- B) Mediante ajustes específicos e convênios, ouvido o competente órgão Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), as Unidades da Federação poderão compor o Sistema Brasileiro de Inteligência.
- C) O Sistema Brasileiro de Inteligência é responsável pelo processo de obtenção, análise e disseminação da informação necessária ao processo decisório do Poder Executivo, bem como pela salvaguarda da informação contra o acesso de pessoas ou órgãos não autorizados.
- D) Para os efeitos de aplicação da referida lei, entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

52

Nos termos da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências, assinale a afirmativa correta.

- A) Os atos da ABIN, cuja publicidade possa comprometer o êxito de suas atividades sigilosas, não deverão ser publicados.
- B) São privativas do Presidente da República a escolha e a nomeação do Diretor-Geral da ABIN, após aprovação de seu nome pelo Congresso Nacional.
- C) As atividades de inteligência serão desenvolvidas, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com restrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado.
- D) Quaisquer informações ou documentos sobre as atividades e assuntos de inteligência produzidos, em curso ou sob a custódia da ABIN somente poderão ser fornecidos, às autoridades que tenham competência legal para solicitá-los, pelo Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, observado o respectivo grau de sigilo conferido com base na legislação em vigor, excluídos aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

53

À Agência Brasileira de Inteligência – ABIN compete, EXCETO:

- A) Avaliar as ameaças externas, à ordem constitucional, pois as ameaças internas são de atribuição exclusiva da Polícia Federal.
- B) Planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade.
- C) Promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de inteligência, e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de inteligência.
- D) Planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República.

54

A atividade de inteligência compreende um plexo de ações engendradas pelo Estado com diversos objetivos. Dentro desse feixe de ações, encontram-se as ações encobertas. Sobre as ações encobertas ou “covert actions”, pode-se afirmar que:

- A) São ações secretas praticadas pelo Estado que tem por objetivo coletar dados negados pela inteligência adversa.
- B) São ações realizadas pelas Forças Armadas contra país estrangeiro com fito de desvendar intenções de ataque à soberania nacional.
- C) São ações secretas praticadas por determinado Estado vinculadas à sua política interna que objetivam neutralizar ações de organizações criminosas.
- D) São ações secretas praticadas por determinado Estado vinculadas à sua política externa que objetivam influenciar outro Estado ou Governo a deliberarem por ações políticas, econômicas, militares e/ou sociais que provoquem um resultado de interesse para o país atuante.



55

De acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, sobre a organização e funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN, fica instituído, vinculado à Secretaria de Governo da Presidência da República, o Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência, ao qual compete, EXCETO:

- A) Emitir pareceres sobre a execução da Política Nacional de Inteligência.
- B) Opinar sobre propostas de integração de novos órgãos e entidades ao Sistema Brasileiro de Inteligência.
- C) Propor o regimento interno ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que preside o Conselho Consultivo do SISBIN.
- D) Propor normas e procedimentos gerais para o intercâmbio de conhecimentos e as comunicações entre os órgãos que constituem o Sistema Brasileiro de Inteligência, inclusive no que respeita à segurança da informação.

56

De acordo com o Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, o Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência:

- A) Reunir-se-á com a presença de, no mínimo, um terço de seus membros.
- B) Mediante convite de qualquer membro do Conselho, representantes de outros órgãos ou entidades poderão participar das suas reuniões, como assessores ou observadores.
- C) Reunir-se-á, em caráter extraordinário, até três vezes por ano, na sede da ABIN, em Brasília, e, sempre que convocado pelo seu Presidente ou a requerimento de um de seus membros.
- D) Reunir-se-á, em caráter ordinário, até três vezes por ano, na sede do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Brasília, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou a requerimento de um de seus membros.

57

“A maneira com que determinada sociedade lida com o dilema transparência *versus* sigilo, em termos de procedimentos e atribuições dos serviços de inteligência, é um indicador do grau de desenvolvimento da democracia nessa sociedade.”

(GILL, Peter. *Policing Politics: Security Intelligence and the Liberal Democratic State*. London: Frank Cass, 1994.)

No que tange ao tema: transparência das ações e atos dos serviços de inteligência dentro de um Estado Democrático de Direito, assinale a alternativa a seguir que se dissocia dessa ideia.

- A) Controle.
- B) *Accountability*.
- C) Prestação de Contas.
- D) Vedação a *accountability*.

58

Nos termos da Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), é INCORRETO afirmar que:

- A) O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada.
- B) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias a contar da sua ciência.
- C) Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de dez dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado.
- D) Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

59

Nos termos da Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam, EXCETO:

- A) Oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.
- B) Prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas.
- C) Pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.
- D) Prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter ostensivo ou sigiloso por outros Estados e organismos internacionais.



60

Nos termos da Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar, EXCETO:

- A) Agir com culpa ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação.
- B) Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- C) Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.
- D) Utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

